



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Regime de informação e análise do discurso:

aproximações teóricas e conceituais na era Big Data

João Batista Ernesto de Moraes

Larissa de Mello Lima

Mariana da Silva Caprioli

Como citar: MORAES, J. B. E.; LIMA, L. M.; CAPRIOLI, M. S. Regime de informação e análise do discurso: aproximações teóricas e conceituais na era Big Data. *In:* MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SOUZA, E. A.; GONZALEZ, M. E. Q. (org.). **Informação, Conhecimento, Ação Autônoma e Big Data: Continuidade ou Revolução?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 219-232.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-055-9.p219-232>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

**REGIME DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DO
DISCURSO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E
CONCEITUAIS NA ERA
*BIG DATA***

*Mariana da Silva Caprioli
Larissa de Mello Lima
João Batista Ernesto de Moraes*

Frohmann (1995) sinaliza para o fato de como a informação é materializada através do meio institucional. Ele introduz o conceito de “Regime de Informação”, explicando que este possui uma estrutura polêmica na medida em que é formada por grupos sociais, artefatos científicos, tecnológicos e discursos. Denomina essa estrutura de híbrida porque carrega olhar discursivo e social simultaneamente.

Este viés é importante para ser explorado uma vez que a Ciência da Informação também convive com uma multiplicidade de agentes de caráter híbrido, responsáveis por fomentar a área em contexto nacional. Exemplos desses agentes podem ser identificados a partir da Unesco, da Fundação

<https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-055-9.p219-232>

Getúlio Vargas e do então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, atual IBICT), ou seja, a partir de um respaldo institucional, há a caracterização de instâncias de validação científica propriamente discursivas e institucionais que impulsionaram o nascimento da Ciência da Informação no Brasil, na década de 1970. Interligar a perspectiva institucional com a discursiva é ater-se ao conceito de “Regime de Informação” apresentado por Frohmann.

A partir de Frohmann (1995), González de Gómez (2012) pontua que a criação do então IBBD, atual IBICT, indicou o surgimento de um novo regime de informação no Brasil, uma vez que sua criação foi oriunda de uma parceria da Unesco com a Fundação Getúlio Vargas, por intermédio de seu representante no Brasil, Paulo Carneiro, o qual indicou Lydia de Queiroz Sambaquy, juntamente com Jannice Monte-Mór, para percorrerem as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e Estados Unidos durante quase um ano, viagem essa, que tinha a finalidade de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais, beneficiando-se da política da Unesco.

Tal ação contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas e serviu para ampliar as ideias de Lygia de Queiroz Sambaquy sobre a estruturação que um órgão que fosse dedicado a trabalhos bibliográficos deveria possuir para impulsionar atividades científicas e tecnológicas do país. Tal criação confirma a teoria de regime de informação.

Um regime de informação seria o modo informacional dominante em recursos, uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação

e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GÓMEZ, 2012, p 15).

O novo regime de informação que surgia, caracterizado pela centralidade do fenômeno informacional, apenas viria a se desenvolver plenamente ao longo das décadas seguintes, mas nesse momento já definia suas diretrizes, pautado no surgimento do IBBD e nas novas posturas profissionais.

Paralelo a esse regime de informação, surgia, com o advento da Web 2.0, o fenômeno dos *Big Data*:

Em 1980, surgiram os conceitos de Data Warehouse, até chegar à ideia de Big Data, o que ocorreria em 1990. A diferença de Data Warehouse e Big Data é a velocidade com que os dados precisam ser disponibilizados, uma vez que, em um projeto de Data Warehouse, o processo de ETL torna-se mais lento até que as informações estejam disponíveis. Segundo Taurion (2013), o Big Data está muito além de um grande Data Warehouse. Entretanto, pode-se dizer que o Big Data se relaciona com o Data Warehouse (CALDAS; SILVA, 2016).

A Análise do Discurso de matriz francesa, preocupada com o contexto em que tal discurso está sendo construído, com os atores e entidades envolvidos, relaciona-se com o Regime de Informação, uma vez que:

[...] pode-se concluir que o regime de informação seria aquele que reúne atores e artefatos em práticas de informação que giram em torno de um interesse comum e em cujas relações se legitimam políticas explícitas ou implícitas que direcionam e ordenam essas práticas. Representa um conceito estrutural e estruturante para a Ciência da Informação porque não se prende à informação em si mesma, mas ao

real objeto de estudo da disciplina, ou seja, ao conjunto de relações que a informação estabelece ao redor dos múltiplos interesses de atores e pela adoção específica de artefatos direcionados pelas práticas informacionais desses sujeitos (MAGNANI; PINHEIRO, 2011, p.16).

1 FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS E O REGIME DE INFORMAÇÃO

Pode-se observar o regime de informação de duas formas: o autor, inserido na sociedade, com suas vivências e formações, escreve seu discurso dentro de suas próprias leis de vigência; o poder estando apenas em suas mãos, mas ao mesmo tempo atrelado à sua formação discursiva e ideológica, sendo esses, então, uma forma de controle, de onde o discurso sai “condicionado”. É na Formação Discursiva que se constitui o sentido e a identificação do sujeito. É onde todo sujeito se reconhece, por meio de sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos, é onde adquire identidade (ORLANDI, 2008). É o que pode ou não ser dito em uma determinada Formação Ideológica, dessa forma, relacionando ambas.

Então pode-se dizer que a Formação Discursiva é aquilo que, em uma Formação Ideológica dada, articula o que pode ser dito, levando em consideração o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Orlandi (2009) dizia que as palavras (ou discursos, aqui) não têm sentido nelas mesmas, mas sim derivam de suas formações discursivas, onde estão inseridas no contexto, ou seja, têm seu suporte em uma formação ideológica.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada utiliza o aporte da Análise do Discurso de matriz francesa que apresenta uma definição extremamente estruturada. Segundo Orlandi (1999, p.15):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

De tal forma, a autora leva a observar que a Análise do Discurso não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com está no mundo.

Dessa forma, Brandão (2004) procurou entender a Análise do Discurso de matriz Francesa em seu ponto de surgimento, quando suas bases iniciais se debruçavam sobre os discursos políticos com posições bem definidas, como os debates entre direita e esquerda, e era definida como “o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”.

A partir desse procedimento, passou-se a entender que a Análise do Discurso de matriz francesa, não se limita a estudos linguísticos, tratando-se de analisar somente a parte gramatical da língua, como também leva em conta os aspectos externos da língua como os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que permeiam a produção de um discurso e que, por tal motivo, nele se refletem. Tais elementos externos são partes essenciais de uma abordagem discursiva.

Tem-se então:

Um conceito fundamental para a AD é, dessa forma, o de condições de produção, que pode ser definido como o conjunto dos elementos que cerca a

produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso (BRANDÃO, 2004, p. 6).

O discurso está em constante influência, como visto, de elementos que o cercam, e dessa forma, observa-se que o contexto institucional é de grande relevância no momento da análise de um discurso. Pontuando acerca dessa perspectiva, Pêcheux (1997) nos lembra que se ater ao contexto é levar em conta uma sequência linguística flexível na medida em que:

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas [que] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção (PÊCHEUX, 1997, p.74).

Estar sofrendo constante influência do contexto em que se está inserido leva à definição de Formação Discursiva e Ideológica, tão presentes na A.D. e que permitem a melhor compreensão acerca do tema. Dessa forma,

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito” (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX 1997, p. 160)

Baseado em um determinado contexto, pautado em determinada Formação Ideológica, a Formação Discursiva determina o que pode ou não ser dito, levando a concluir que um discurso construído dependerá do contexto inserido, ou seja, de quem o fala, como o fala, em que época o fala, entre outros para expressar o que se deseja. Interligar o olhar discursivo com o viés institucional que consolida as práticas científicas é se ater ao conceito de Regime de Informação proposto por Frohmann (1995). Dessa forma, o regime de informação trata de um modo informacional em uma organização social, o qual define quem são, neste contexto, as organizações e em qual contexto estão inseridas.

Assim, observa-se que tanto a Análise do Discurso de matriz francesa, quanto o Regime de Informação tratam do discurso impresso ou digital em um determinado contexto. A primeira importando-se com os elementos que permeiam a formação do discurso, sendo o âmbito histórico-social ou qual a instituição de onde fala esse discurso, ou seus interlocutores, o assunto de que se está tratando; enquanto o Regime de Informação trata-se de um modo informacional em uma organização social, ao qual define quem são, nesta situação, as organizações e em qual contexto estão inseridos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange ao delineamento do conceito de Regime de Informação, Carvalho (2009, p. 214) nos explica que:

Frohmann (1995) introduz o conceito de regime de informação – qualquer sistema ou rede que permite o fluxo de informação, através de estruturas específicas, de canais e produtores a consumidores, e este conceito passa a ser entendido como um elemento passível de

ser utilizado como ponto de partida para a elaboração de políticas nacionais de informação. A partir de vários regimes de informação, pode-se pensar na discussão de uma política nacional de informação.

A partir desta sinalização, em linhas gerais, dos aspectos teóricos que formam um regime de informação, é possível entender esse enquanto uma rede formada por atores que interagem em uma estruturação hierárquica de poder, essa estrutura atual de grande intercâmbio de dados em plataformas diversas. Tal rede delimitada a partir da estrutura hierárquica de poder é formada através do contorno institucional, possuindo viés discursivo na medida em que as instituições legitimam determinadas instâncias enunciativas em detrimento de outras. A validação faz parte de um jogo complexo em que decisões repercutem em escalas relacionadas às instâncias de poder.

Dessa forma, trazendo tal configuração para o contexto da Ciência da Informação em nível nacional, é possível dizer que o conceito de Regime de Informação, de Frohmann (1995), relaciona dinâmicas de poder propriamente discursivas, a partir do aporte institucional que começou a ser delineado na década de 70, com a criação do IBBD pela fundação Getúlio Vargas, por incentivo da Unesco.

O IBBD pode ser caracterizado então como um ator fundamental para a área em contexto nacional. A partir dele, pode-se dizer que a estruturação hierárquica de poder da área em contexto nacional começa a ser delineada. Neste processo é importante situar dois veículos de divulgação científica que nascem a partir do mesmo: o periódico *Ciência da Informação*, considerado um dos periódicos mais importantes da área, foi

criado em 1972 pelo IBBD, que, no mesmo ano, também criou a *Revista da Escola de Biblioteconomia, da UFMG*.

Essa iniciativa por parte do órgão IBBD pode ser entendida como reflexo da criação do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação, em 1970, ou seja, a partir do momento em que são formados pesquisadores na área, passam a ser necessários veículos para divulgar as pesquisas científicas da mesma. É possível dizer que a conjuntura histórica da Ciência da Informação no Brasil possui alicerces estruturados sob o viés institucional. Denominamos por instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil as instituições que caracterizam e até mesmo determinam a história da área no país.

É possível notar a relação hierárquica que há entre as instâncias de validação científica, uma vez que tal relação não é aleatória, representando uma série de decisões que foram tomadas e repercutiram em posições na esfera de institucionalização da área. Sendo assim, é possível dizer que tais órgãos funcionam como atores que formam um Regime de Informação da área em contexto nacional. Estas características são discursivas e refletem o “jogo” que se remete à ação ideológica e às instituições que legitimam a atuação dessa ideologia, na medida em que o discurso é uma instância que registra essa atuação.

Frohmann (1995, p. 5) ainda definiu regime de informação como qualquer sistema ou rede mais ou menos estável, onde a informação flui por determinados produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos, para ele, “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em tentativas de estabilização e conflitos entre grupos sociais,

interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMAN, 1995, p.5).

Big Data, por sua vez, segundo a definição de Boyd e Crawford, trata-se de

um fenômeno cultural, tecnológico e acadêmico baseado na interação de três fatores: (1) Tecnologia: maximização da precisão dos algoritmos e do poder de computação para reunir, analisar, relacionar e comparar grandes conjuntos de dados; (2) Análise: processamento de grandes conjuntos de dados para identificar padrões para atender às necessidades de ordem econômica, social, técnica e legal; e (3) Mitologia: a ampla crença de que grandes conjuntos de dados possibilitam uma forma mais avançada de inteligência e conhecimento que podem gerar insights até então impossíveis de se alcançar, de forma objetiva e confiável (BOYD; CRAWFORD, 2012, p. 2, tradução de LOTT; CIANCONI, 2018).

Sendo o fator (2) talvez, de interesse para o Regime de Informação aqui apresentado, uma vez que as formações discursivas e ideológicas podem auxiliar no tratamento da massiva quantidade de dados na Era de *Big Data*, pois opõem-se a formas tradicionais de análise e processamento ao fazer o analista se deparar com elementos de intercomunicação e interoperabilidade de dados na esfera institucional da Ciência da Informação.

Os conceitos e aplicabilidades da Análise do discurso e do Regime de Informação ao contexto dessa grande quantidade de dados permitem reunir fontes heterogêneas, explorar e fornecer significado a diferentes conjuntos, facilitando a aplicação do processamento semântico (CONEGLIAN; SEGUNDO; SANTANA, 2017), ou seja, a Análise do Dis-

curso conjuntamente com o Regime de Informação extraem volume, velocidade, variedade e valor da avalanche de dados no momento em que mudam a forma de fazer a análise desses, legitimando determinadas instâncias enunciativas em detrimento de outras e, assim, colaborando para que o fluxo de dados seja mais robusto.

CONCLUSÕES

É possível pontuar que o conceito de Regime de Informação de Frohmann (1995) relaciona a perspectiva institucional com a discursiva. Ela torna possível a compreensão das instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil, situadas enquanto atores que relacionam dinâmicas de poder da área no país, podendo ser uma alternativa teórica para trabalhar a massiva quantidade de dados.

Fica claro que a informação científica também se materializa através do viés institucional. Através da caracterização do IBBD, por meio da iniciativa da Unesco em parceria com Fundação Getúlio Vargas, e a partir dos primeiros periódicos fundacionais da área (*Ciência da Informação* e *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*), torna-se viável afirmar que esses se firmam enquanto agentes de caráter híbrido que fomentam a área no Brasil.

A relação hierárquica entre esses órgãos pode ser dita como pautada em dinâmicas de poder na medida em há a caracterização de instâncias de validação científica propriamente institucionais e discursivas que deram suporte para o nascimento da Ciência da Informação no Brasil na década de 1970.

Buscou-se interligar a perspectiva institucional com a discursiva ao fazer um paralelo entre o conceito de “Regime de

Informação”, apresentado por Frohmann (1995), com o contexto brasileiro da Ciência da Informação à luz da matriz teórica da Análise do Discurso de origem francesa. Entendeu-se que tanto a Análise do discurso de matriz francesa, quanto o regime de informação tratam do discurso impresso, atendo-se a determinado contexto.

Conclui-se que o conceito de Regime de Informação de Frohmann (1995) interliga a perspectiva institucional com a discursiva ao tornar possível a compreensão das instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil, situadas enquanto atores que tornam possível a relação entre instâncias de poder na área.

Assim, Formação Discursiva e Formação Ideológica, como visto anteriormente, possuem uma relação com Regime de Informação, se observarmos esse primeiro contexto; o discurso do autor, presente nos livros, representado em uma unidade de informação seguindo as regras de representação documental; o profissional que representa o item se observa controlado por tais regras, evidenciando o Regime de Informação que se encontra presente na instituição.

REFERÊNCIAS

- BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical questions for Big Data. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012.
- BRANDÃO, N. H. H. *Introdução a análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004.
- CALDAS, M.S.; SILVA, E.C.C. Fundamentos e aplicação do Big Data: como tratar informações em uma sociedade de yottabytes. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 65-83, jan. /jun. 2016

CARVALHO, A, M, A. Novos enfoques no campo da Ciência da informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.14, n. especial, 2009.

CONEGLIAN, C. S.; SEGUNDO, J. E. S.; SANTANA, R. C. G. Big data: fatores potencialmente discriminatórios em análise de dados. *Em Questão*, v. 23, n. 1, p. 62-86, 2017. DOI: 10.19132/1808-5245231.62-86. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-99362009000400015&pid=S141399362009000400015&pdf_path=pci/v14nspe/a15v14nspe.pdf. Acesso em: 11/04/2019

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *23rd Annual Conference: Canadian Association form Information*, 1995.

GÓMEZ, M. N. G. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.22, n.3, 2012.

LOTT, Y. M.; CIANCONI, R. de B. Vigilância e privacidade, no contexto do big data e dados pessoais: análise da produção da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 23, n. 4, p.117-132, out/dez, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v23n4/1413-9936-pci-23-04-00117.pdf>. Acesso em: 10/04/2019.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. *Liinc Em Revista*, v.7, n.2, 2011, p. 593-610.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 1997.

HOMENAGEM A MARIANA BROENS